

ENSINO SUPERIOR, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO COM EGRESSOS DA UFMG

MICHELY DE LIMA FERREIRA VARGAS*

Recebido: maio 2010

Aprovado: out. 2010

*Mestre e Doutoranda em Políticas Públicas da Educação pela UFMG, atuou como professora substituta de Sociologia da Educação no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UFMG. Atualmente tutora em cursos de aperfeiçoamento ofertados na modalidade EAD pelo CAED/UFMG. E-mail: michelyjk@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo apresenta os principais resultados de estudo que examinou as conexões entre as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, a assistência estudantil e a inserção profissional de uma amostra de egressos da UFMG. A análise comparativa da situação socioeconômica dos egressos da amostra, composta tanto por profissionais que participaram dos programas de assistência estudantil oferecidos pela universidade, bem como por aqueles que não foram bolsistas, demonstrou que, de posse do diploma, no que diz respeito aos níveis de remuneração, os ex-bolsistas estão em igualdade de condições no mercado de trabalho com seus congêneres que não receberam esse apoio. No caso da amostra analisada neste trabalho, a remuneração dos bolsistas é afetada pelos mesmos fatores que influenciam a composição dos rendimentos dos não bolsistas, ou seja, carreira, titulação e setor de atuação. O exame dos dados apontou que a renda se relaciona fortemente com a carreira, assim como têm demonstrado estudos sobre perfil de egressos de graduação no Brasil. A análise efetuada evidenciou que ao auxiliar estudantes pobres a obter o diploma de graduação, a assistência estudantil colabora para que estes universitários tornem-se profissionais qualificados e ingressem no mercado de trabalho portando credenciais valorizadas, ampliando suas possibilidades de ascender socialmente.

Palavras-chave: Ensino superior. Assistência estudantil. Mercado de trabalho.

HIGHER EDUCATION, SUPPORT SERVICES TO STUDENTS AND THE LABOR MARKET: A STUDY WITH GRADUATES FROM UFMG

Abstract: This article presents the main results of a study that examined the connections between inequalities in access and permanence in higher education, the student aid and employability for a sample of graduates from UFMG. The comparative analysis of the socio-economic status of the graduates, composed both by students who received aid as well as by those who did not, shows that, in the case of the sample in this study, the remuneration of graduates who received aid is in equal terms and affected by the same factors that influence the composition of the income of the others graduates. The present data revealed that income is strongly related to career. According to research on the relationship between schooling and access to the labor market, professionals with high levels of education receive on average higher incomes than received by workers with little or no education. The analysis revealed that by helping poor students obtain a higher education diploma, the student assistance programs help them become skilled and join the labor market carrying valued credentials, increasing their chances of upward social mobility.

Key words: Higher education. Support to the student. Labor market.

1 INTRODUÇÃO

A análise aqui apresentada deriva de dissertação de mestrado intitulada “Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um estudo com egressos da UFMG”, defendida no programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em abril de 2008. Essa pesquisa, de forma pioneira, teve como objetivo analisar as conexões entre a assistência estudantil e a inserção profissional de uma amostra de egressos do ensino superior, tendo em vista propiciar elementos que contribuíssem para esclarecer se, e de que forma a assistência estudantil se reflete na inserção profissional dos participantes destes programas. Em uma primeira etapa desse estudo, foi realizado levantamento da literatura referente ao perfil socioeconômico de egressos do ensino superior, assim como sobre a assistência estudantil no Brasil em geral e na UFMG em particular. A revisão bibliográfica revelou a escassez de pesquisas sobre o tema da assistência estudantil no país, analisado apenas em algumas pesquisas sobre as estratégias usadas por estudantes das classes populares para permanecer no ensino superior até a obtenção do diploma (PORTES, 1993; 2001; ALVES, 2002, ZAGO, 2006). Por sua vez, a conexão entre a assistência estudantil e a inserção profissional de egressos ex-bolsistas, quando da elaboração e defesa da dissertação que deu origem a este artigo, não havia sido abordada em nenhum estudo disponível no país. A revisão de literatura foi sucedida pela análise comparativa dos rendimentos de uma amostra de egressos, de forma a examinar quais os fatores influenciavam a composição da renda dos profissionais da amostra examinada, composta tanto por egressos beneficiados por programas de assistência estudantil durante sua permanência na universidade, como por aqueles que não receberam este tipo de suporte.

O interesse pelo exame das complexas relações entre o ensino superior e o mercado de trabalho surgiu no ano de 2004, quando da elaboração de Trabalho Final de Graduação, requisito parcial para a conclusão do curso de Pedagogia na UFMG, ocasião em que realizei estudo comparativo da situação socioeconômica de uma amostra de egressos dos cursos de engenharia da universidade, antes e depois da conclusão da graduação. A análise, efetuada a partir dos dados de um estudo sobre as engenharias da UFMG (PEIXOTO; BRAGA; FIGUEIREDO, 2002), demonstrou que os egressos que pertenciam aos estratos sociais menos favorecidos no momento da inscrição ao vestibular, obtiveram, de posse do diploma, melhoras significativas no que diz respeito à renda, auferindo rendimentos superiores aos de sua família por ocasião de seu ingresso

no curso. A realização desse trabalho suscitou a intenção de compreender os efeitos da graduação para profissionais de outras áreas. Assim, no mestrado, prossegui os estudos sobre mercado de trabalho para graduados, enfocando um aspecto que, como anteriormente mencionado, não tem sido privilegiado nessas análises: a questão do egresso oriundo das classes populares, especificamente aqueles atendidos por programas de assistência estudantil, como os disponibilizados pela Fundação Mendes Pimentel (FUMP), por meio da qual a UFMG presta apoio socioeconômico aos universitários pobres matriculados em seus cursos.

Inicialmente este artigo apresenta breve caracterização da assistência estudantil na UFMG e, em seguida, discute algumas das principais contribuições de estudos brasileiros sobre a conexão entre o nível de escolaridade e o acesso ao mercado de trabalho. A seguir comenta os principais resultados da análise comparativa dos rendimentos dos egressos da amostra examinada. Por fim, a partir destes apontamentos, enfatiza a relevância da assistência estudantil como mecanismo que auxilia universitários das classes populares a obter o diploma de graduação e dessa maneira ingressar no mercado de trabalho em condições mais favoráveis.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO

No Brasil, as desigualdades de oportunidades de ingresso no ensino superior, tendo em vista variáveis como classe social e etnia, colocam em desvantagem pretos, pardos e pobres e tendem a se agravar durante o período dos estudos. Segundo dados do INEP, mais especificamente o Resumo Técnico do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), referente ao ano de 2004, é maior entre os concluintes do que entre os ingressantes o percentual de brancos, asiáticos e ricos, enquanto o percentual de negros, pardos e pobres é maior entre os ingressantes do que entre os concluintes.

Se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e retenção é maior para estes indivíduos do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas. Com base em dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período entre 1994 e 2001, coletados em seis regiões metropolitanas do Brasil, entre elas Belo Horizonte, Mello (2007) concluiu que variáveis como renda familiar, escolaridade paterna e ocupação do chefe da família influenciam não

somente as probabilidades de ingresso no ensino superior, mas também os riscos de evasão. Enquanto apenas 6,2% dos estudantes situados nos patamares superiores de renda evadiram durante o período examinado pelo autor, este percentual mais que dobrou entre aqueles pertencentes aos demais níveis de renda. A escolaridade do chefe da família é também elemento fortemente relacionado às possibilidades de evasão, uma vez que quanto menos instruído o provedor maior a ocorrência do fenômeno. Assim, entre os estudantes filhos de pais com pouca ou nenhuma instrução, 15,6% evadiram, índice que foi de apenas 4,6% entre aqueles oriundos de famílias em que o provedor possuía nível superior completo. O abandono da graduação é também menos frequente na medida em que é mais elevado o status da ocupação exercida pelo chefe da família, sendo que os percentuais de evasão crescem na medida em que diminui o status ocupacional, indo de 6,75% (status elevado) passando por 12,9% (médio) até 19,7% (baixo).

A relevância da assistência estudantil como mecanismo de democratização das oportunidades de acesso e permanência no ensino superior é reforçada também por estudos como a pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos alunos de graduação das instituições federais de ensino superior, realizada entre 2003 e 2004, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), segundo a qual 65% dos universitários precisavam de algum tipo de apoio institucional para assegurar sua permanência nos cursos e 48,2% vivenciavam risco de “vulnerabilidade social”. Não obstante, apenas a partir de 2008 é que o poder público, atendendo a antigas reivindicações das universidades e do movimento estudantil, passou a destinar recursos para este fim, com a implementação pelo Ministério da Educação, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Na UFMG, que desde sua fundação mantém serviços deste tipo, os índices de abandono e retenção são os menores registrados no sistema federal de ensino superior, o que, de acordo com Serpa (1997), se vincula estreitamente ao fato de a universidade possuir sólido programa de assistência estudantil, por meio da Fundação Mendes Pimentel (FUMP), cujo nome é uma homenagem ao primeiro reitor da universidade, Francisco Mendes Pimentel. Os programas oferecidos estão divididos em quatro subáreas: alimentação, assistência à saúde, moradia, serviço social e socioeducacional. Para ter acesso aos benefícios, os interessados acessam o sítio da fundação na internet, preenchem questionário eletrônico informando, entre outros, dados relativos à sua trajetória na educação básica e situação socioeconômica familiar e/ou pessoal. Os dados são avaliados pela equipe de assistentes sociais e o resultado dessa análise é

informado ao candidato, assim como a lista de comprovantes que deve anexar para demonstrar a veracidade das informações. A próxima etapa do processo consiste no exame dos documentos fornecidos pelos estudantes, juntamente com os dados de sua ficha cadastral, tendo em vista a apreciação de indicadores socioeconômicos definidos pela Associação Brasileira de Instituto de Pesquisa de Mercado (ABIPEME). Essa análise determina a classificação do estudante em uma escala baseada em sua situação socioeconômica, visando a estabelecer seu nível de carência e os benefícios aos quais terá acesso. Ciente de sua classificação, cabe ao interessado comparecer à fundação para ter informações sobre como funcionam os programas, bem como quais regras deve observar para que tenha acesso a eles. Após a classificação e acesso dos estudantes aos benefícios, a “equipe de assistentes sociais passa a monitorar a trajetória escolar do aluno e o impacto que os eventuais benefícios por ele acessados produzem sobre sua vida acadêmica” (FUMP, 2007)¹. Periodicamente, o bolsista deve renovar seu estudo socioeconômico, apresentando novamente os documentos solicitados, sob pena de perder os benefícios.

Estudo realizado pela fundação concluiu que os assistidos, em sua maioria, pertencem às classes C e D, em especial a esta última, e parcela significativa está matriculada no turno noturno. Quanto à área do conhecimento, as ciências humanas, principalmente as licenciaturas, reúnem o maior número de alunos atendidos pela FUMP, enquanto carreiras como arquitetura e medicina têm poucos alunos bolsistas. De acordo com informações disponíveis no sítio da fundação na internet, estes estudantes: “[...] apresentam uma angústia diferenciada das preocupações dos universitários de maior poder aquisitivo. Enquanto os assistidos pela FUMP precisam pensar nas necessidades básicas como alimentação, transporte, moradia e aquisição de material didático, aqueles sem dificuldades financeiras se concentram na expectativa com o mercado de trabalho”. Em 2007, a fundação atendeu 4.501 estudantes, cerca de 20% do total de alunos matriculados na graduação da UFMG naquele ano, estudantes que em sua maioria, dependem dos programas para assegurar sua permanência na universidade até a obtenção do diploma.

Para os ex-bolsistas, portar o diploma pode significar a oportunidade de ascender socialmente, uma vez que as pesquisas sobre o mercado de trabalho no Brasil demonstram que os rendimentos pagos aos trabalhadores estão relacionados, entre outros fatores, aos seus níveis de escolaridade, e quanto maior o nível de instrução maior é a renda (NÉRI, 2005).

¹ Disponível em: < <http://www.fump.ufmg.br> >. Acesso em: ago. 2007

2.1 Estudos sobre perfil socioeconômico de egressos do ensino superior: diploma, renda, (des) emprego

A compreensão da conexão entre a escolaridade e o acesso ao mercado de trabalho tem motivado desde longa data a realização de estudos, com enfoques, metodologias e abrangências diversas, que têm buscado compreender os elementos envolvidos nessa relação. Para a maior parte dos estudiosos, ela não se dá de forma direta, mas é influenciada por fatores estruturais. Como apontam estudos sobre o mercado de trabalho para portadores de diploma de curso superior (GOUVEIA, 1981; PAUL; FREIRE, 1997; SCHWARTZMAN; CASTRO, 1991; CASTRO; PAUL, 1992a, 1992b; NÉRI, 2005), as várias carreiras oferecem diferentes remunerações e possibilidades de progresso profissional. Por sua vez, essas possibilidades se relacionam não apenas ao curso, mas também ao gênero, à etnia, à classe social, à rede de relações sociais, entre outras características do egresso. Assim o nível de escolaridade do sujeito traduzido na posse do certificado de conclusão do terceiro grau não significa, por si só, o ingresso em uma ocupação cujo conteúdo e remuneração são condizentes com a formação recebida. É preciso considerar também outros fatores. Não obstante, os salários mais baixos pagos para profissionais com ensino superior são, em média, mais elevados do que aqueles oferecidos a trabalhadores que nunca frequentaram a escola ou que possuam baixa escolaridade (NÉRI, 2005).

Com base nos dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE, Néri examinou a relação entre escolaridade e renda. De acordo com a pesquisa, o Brasil é o país da América Latina que exibe os maiores diferenciais de salário entre profissionais graduados e os demais trabalhadores, diferencial que se eleva ainda mais caso o egresso tenha cursado pós-graduação. Dessa forma, o principal determinante isolado da renda é a educação e: “[...] Em todos os níveis, cursos completos proporcionam salários maiores que cursos incompletos”. (NÉRI, 2005, p. 3). Porém, segundo o estudo, existem importantes variações nos rendimentos recebidos por profissionais graduados relacionadas a fatores como a carreira, o gênero e a etnia, tendo em vista que mulheres e homens negros recebem menos que seus congêneres brancos, em todos os níveis de escolaridade e em todos os cursos examinados. Mas a diferença mais marcante se relaciona a carreira, uma vez que profissões de escasso prestígio social propiciam rendimentos médios menores do que aquelas de status social mais elevado.

A desigualdade de prestígio e de remuneração associada às diferentes carreiras no mercado de trabalho foi também analisada por Bourdieu e Boltanski

(2003) que, examinando a relação entre “o diploma e o cargo”, destacou a forma como a hierarquia entre os ramos e instituições de ensino superior se reflete no mercado de trabalho. Para o autor, reconhecer as carreiras mais rentáveis seria um importante diferencial para os estudantes e suas famílias e, mais uma vez, as classes populares se encontrariam em desvantagem, por não possuírem familiaridade com o sistema de ensino e assim não reconhecerem os melhores e os piores investimentos em termos de retorno financeiro. Este tipo de saber, de acordo com Bourdieu, permite ao indivíduo obter “[...] o melhor rendimento do capital cultural herdado sobre o mercado escolar ou do capital escolar sobre o mercado de trabalho” (BOURDIEU, BOLTANSKI, 2003, p. 160).

Estudos sobre o mercado de trabalho para graduados no Brasil (SCHWARTZMAN; CASTRO, 1991; PAUL; FREIRE, 1997), confirmam as análises de Bourdieu sobre a “hierarquia invisível de cursos e carreiras” e seus reflexos na estrutura social mais ampla. Analisando a inserção profissional dos alunos da USP, Schwartzman e Castro (1991) constataram a influência marcante da origem social, que atua fortemente no momento da opção pelo curso, assim como em outras etapas da trajetória acadêmica e profissional dos indivíduos. Porém, mais do que a origem social, os principais fatores determinantes dos salários recebidos pelos egressos foram a carreira escolhida, o gênero e principalmente o porte e o setor de atuação dos empregadores. Apresentando conclusões semelhantes, Paul e Freire (1997) examinaram a situação de egressos do ensino superior no mercado de trabalho cearense e concluíram que as diferenças de rendimentos entre os egressos se devem muito mais à carreira do que à instituição que conferiu o diploma.

Apesar da disparidade de rendimentos associada à carreira, não se pode desconsiderar o fato, apontado por estudos como o de Néri, que os portadores de diploma, mesmo aqueles que optaram por carreiras de menor prestígio social, e que, em sua maioria, pertencem às classes populares, como demonstram estudos sobre o perfil de estudantes do ensino superior (PEIXOTO; BRAGA; BOGUTCHI, 2001), dispõem no mercado de trabalho brasileiro, de situação mais favorável do que os trabalhadores com níveis mais baixos de escolaridade. Para esses graduados, a posse do título representa um passo importante na direção de uma situação socioeconômica melhor do que a vivenciada por seu meio familiar.

A análise efetuada no presente trabalho, da inserção profissional de uma amostra de egressos da UFMG, teve o objetivo de contribuir para a compreensão dos fatores envolvidos na determinação dos rendimentos de profissionais graduados, que tem em comum a origem nas classes populares, mas que se

distinguem no tocante a aspectos como a carreira, o gênero e a etnia, fatores que podem afetar os rendimentos percebidos. Ao possibilitar a comparação da situação de egressos atendidos por programas de assistência estudantil, com os que não precisaram deste tipo de suporte, visa acrescentar subsídios para a reflexão acerca da influência da origem social e dos efeitos da assistência sobre a trajetória acadêmica e profissional dos assistidos. Os principais resultados desse estudo são comentados a seguir.

3 OS EGRESSOS DA UFMG: A ANÁLISE DA AMOSTRA

Foram examinados os dados de uma amostra composta por 722 egressos da UFMG, graduados entre 1975 a 2000, nos cursos de Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Direito e Geografia, objeto de estudo² mais amplo, ainda não concluído e que foram cedidos para a apreciação na dissertação que deu origem a este artigo. Os bancos de dados deste estudo contêm informações sobre o perfil socioeconômico e profissional dos egressos, além de informar acerca do recebimento de bolsa FUMP, elementos que foram examinadas no presente trabalho, em uma primeira etapa, por meio do software SPSS, de forma a caracterizar os egressos de cada curso quanto a aspectos como raça, gênero, renda entre outros elementos referentes à trajetória profissional. Posteriormente esses dados foram desagregados tendo em vista o recebimento de bolsa FUMP, de forma a definir o percentual de egressos bolsistas nos cursos da amostra e a renda auferida por eles. Em seguida, procedeu-se a comparação da renda de bolsistas e não bolsistas de cada um dos quatro cursos examinados.

No que diz respeito à raça/etnia, os brancos são maioria entre os egressos da amostra (71%), sendo que o percentual de brancos, pretos e pardos varia dentro de cada carreira. O percentual de homens e mulheres também varia por área, sendo que elas predominam nas áreas de ciências sociais, geografia e biologia e os homens são maioria no direito. Considerando o período de tempo coberto pela pesquisa, entre 1975 e 2000, as faixas etárias dos entrevistados variam bastante, havendo variações na idade média dos egressos por curso. Os resultados da análise da renda auferida pelos egressos coincidem com o que os

2 O estudo “Pesquisa com Alunos Egressos da graduação UFMG (1975-2000)” é conduzido por professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas com apoio da Pró-Reitoria de Graduação e da Diretoria de Avaliação Institucional da universidade.

estudos sobre a remuneração de profissionais com ensino superior no Brasil têm demonstrado, ou seja, os rendimentos médios variam significativamente conforme a carreira. Como era de se esperar, a carreira que apresenta o maior percentual de egressos situados nas faixas de rendimentos mais elevadas (a partir de R\$ 5.000,00), é a de Direito (49,2%), enquanto Ciências Sociais, Ciências Biológicas e Geografia apresentaram percentual bem menor de egressos nessa mesma situação, respectivamente 22%, 11,9% e 10,9%. A maioria dos formados nos cursos de Ciências Biológicas (66%) e Geografia (46,2%) recebe valores entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 mensais, percentual que é de 32,7% no caso de Ciências Sociais e de apenas 10,4% entre os egressos de Direito. Quanto à relação entre renda e gênero, os rendimentos de homens e mulheres formados em um mesmo curso são relativamente próximos, persistindo, porém, uma vantagem masculina, uma vez que os homens se concentram em maior medida nas faixas salariais mais elevadas. Os dados apontam para uma tendência de elevação da renda com o aumento da idade dos profissionais, registrada mais fortemente entre os bacharéis em Direito.

A análise da relação entre raça/cor e renda demonstrou que profissionais brancos e pardos são remunerados de forma semelhante, porém, os negros, minoria em todos os cursos, são os que estão em pior situação em termos de renda. Sendo assim, a desigualdade racial no acesso ao ensino superior parece ser o entrave mais forte a ser rompido para que cada vez mais pretos e pardos ingressem em cursos socialmente valorizados e que possibilitam os melhores retornos em termos de renda, apesar de, como verificado, pretos receberem menores rendimentos do que os profissionais brancos e pardos. Por sua vez, naqueles cursos da amostra que oferecem as modalidades licenciatura e bacharelado, a remuneração média de licenciados e bacharéis não apresenta grandes disparidades, apesar dos bacharéis exibirem uma leve vantagem. A (in) satisfação com a profissão parece não ser determinada completamente pela remuneração, já que egressos de todas as faixas de renda se disseram tanto satisfeitos quanto insatisfeitos com a carreira escolhida.

A desagregação da renda tendo em vista a realização de mestrado e ou doutorado indica que, de modo geral, a titulação tem efeito positivo sobre a renda, sendo que em todas as carreiras, profissionais pós-graduados se concentravam em maior medida nas faixas de renda mais elevadas, em comparação com os apenas graduados.

3.1 Assistência estudantil e inserção profissional

O exame dos dados disponíveis revelou que receberam algum tipo de benefício da FUMP 12,8% dos egressos de Ciências Biológicas, 14% dos graduados em Ciências Sociais, 10% dos formados em Direito e 20% dos egressos de Geografia. Nos cursos da amostra ofertados nas modalidades licenciatura e bacharelado, os bolsistas de Ciências Biológicas em sua maioria fizeram a licenciatura. Egressos de geografia bolsistas e não bolsistas optaram mais pela licenciatura, enquanto os cientistas sociais, em ambos os casos, preferiram com mais frequência a modalidade bacharelado. Quanto à realização de pós-graduação, dos 26 bolsistas de biologia, apenas nove fizeram mestrado ou doutorado. Também entre os cientistas sociais, a maior parte dos ex-bolsistas não fez pós-graduação stricto sensu. O mesmo ocorreu entre os bacharéis em Direito, sendo que dos 25 bolsistas, apenas três cursaram mestrado e/ou doutorado. Com os geógrafos a situação se repete, uma vez que só quatro ex-bolsistas continuaram os estudos, enquanto 20 optaram por não investir em titulação. Por sua vez, o cruzamento das variáveis recebimento de bolsa FUMP e satisfação com a carreira escolhida revelou que, à exceção de Geografia, a maior parte dos bolsistas e dos não bolsistas considera que vale à pena ser um profissional de sua área. Entre os egressos desse curso, bolsistas e não bolsistas se dividem quase igualmente entre os que consideram valer à pena ser geógrafo e dos que pensam que não vale à pena.

A comparação dos rendimentos de bolsistas e não bolsistas, evidenciou que as rendas dos egressos apresentam, em cada carreira, padrões bastante semelhantes, indicando que a posse do diploma teve efeito positivo para os egressos, diminuindo ou amenizando a influência da origem social, uma vez que no tocante aos rendimentos, tanto egressos assistidos, portanto oriundos de famílias das classes populares, como aqueles pertencentes a estratos sociais mais favorecidos, se encontravam em condição bastante semelhante no mercado de trabalho. O exame das informações referente à renda demonstrou que os rendimentos dos bolsistas são afetados pelos mesmos fatores que influenciam a composição dos rendimentos dos não bolsistas, ou seja, carreira, titulação e setor de atuação. Esse resultado indica que a assistência estudantil não apenas contribuiu para equalizar as condições de permanência no ensino superior, mas que ao auxiliar universitários pobres a obter o di-

ploma, também colaborou para a diminuição das disparidades entre as classes sociais, uma vez que o acesso ao ensino superior significou para os assistidos a obtenção de melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Para aprofundar a análise da relação entre assistência estudantil e inserção profissional, optou-se, no presente trabalho, pela realização de entrevistas com egressos selecionados a partir dos bancos de dados examinados, a fim de obter informações que não constavam dos bancos, tais como a comparação da situação econômica atual dos egressos com a de suas famílias quando de seu ingresso no curso, tendo sido entrevistados por telefone ou e-mail um ex-bolsista e um não bolsista de cada curso. Entre os principais resultados destas entrevistas, destaca-se a avaliação que os ex-bolsistas fazem acerca da assistência disponibilizada pela FUMP, sendo que todos os entrevistados consideram importante ter participado deste tipo de programa, mas a maior parte avalia que o apoio não teve reflexos em seu desempenho acadêmico e /ou profissional. No que diz respeito à análise dos egressos sobre sua situação socioeconômica atual, todos os entrevistados, tanto bolsistas como não bolsistas, consideram sua condição socioeconômica atual superior à de suas famílias quando de seu ingresso no curso. Por sua vez, o retorno financeiro é componente importante na avaliação que os egressos fazem da sua condição profissional, mas a satisfação com o tipo de atividade desempenhada é também fator relevante. O tempo decorrido desde a obtenção do diploma exerce também papel importante, mas menos determinante do que os fatores anteriormente mencionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação, no caso da amostra examinada, de que egressos de um mesmo curso, tanto os que receberam algum tipo de auxílio socioeconômico durante a graduação, assim como aqueles que não participaram destes programas, recebem rendimentos aproximados, evidencia um aspecto fundamental e até então não examinado nos estudos sobre o egresso do ensino superior: a correlação, ou conexão entre a assistência estudantil e a inserção profissional. Dessa forma, a principal contribuição do presente trabalho residiu em demonstrar a relevância do apoio socioeconômico ao estudante pobre não apenas como mecanismo de ampliação das oportunidades de permanência no terceiro grau, mas também e principalmente como meio de diminuição das desigualdades sociais, uma vez que este tipo de suporte permitiu aos egressos das classes populares

obter mobilidade educacional e também ascender socialmente em comparação com suas famílias de origem. Caso a UFMG não disponibilizasse estes programas, é razoável supor que parcela significativa destes universitários, hoje profissionais, não pudesse concluir a graduação, perdendo a oportunidade de portar um diploma ofertado por uma das maiores universidades do país. A evasão do ensino superior pode significar maiores dificuldades para conseguir uma boa remuneração no mercado de trabalho, como concluíram os autores de estudo sobre a evasão no curso de Química da UFMG: “[...] cerca de 70% dos estudantes que ingressam no curso fracassam, pois sequer conseguem graduar-se. Esse fracasso não é somente escolar. Aqueles que se evadem do curso relatam uma renda mensal média inferior a 4,0 SM, muito menor que a remuneração média dos graduados e também inferior ao padrão de renda de suas famílias” (PEIXOTO; CARVALHO; BRAGA, 1999, p. 79).

As conclusões aqui apresentadas dão conta somente de alguns aspectos envolvidos na relação entre emprego e renda e referem-se somente à amostra examinada, não podendo ser generalizados nem para os demais cursos da UFMG, nem para outras instituições de ensino superior. Porém, mesmo que limitada, essa análise permite inferir que apesar de a classe social influenciar as probabilidades de ingresso e os riscos de evasão do ensino superior, e dentro dele aos cursos de maior e menor prestígio social, a assistência estudantil, ao auxiliar estudantes pobres a concluir a graduação, pode amenizar os efeitos do pertencimento de classe, colaborando para que estes indivíduos obtenham o diploma e assim possuam melhores condições para ingressar no mercado de trabalho e disputar empregos melhor remunerados. A implementação de políticas de ação afirmativa, tais como os bônus para egressos da rede pública e estudantes negros, torna mais atual e premente a questão do suporte socioeconômico ao estudante das classes populares, de forma a evitar que as iniciativas de democratização do acesso ao ensino superior sejam prejudicadas pela falta de políticas públicas que garantam a estes estudantes condições dignas de permanência nas instituições de ensino. A recente destinação de recursos públicos para a assistência estudantil nas IFES, a partir de 2008, pode vir a reverter o contexto histórico de descaso para com as dificuldades de permanência dos estudantes pobres no ensino superior, tendo em vista que, até muito recentemente, salvo exceções como a UFMG, a assistência estudantil nessas instituições era caracterizada por um precário status, o que se devia tanto a escassez de recursos quanto à eleição de outras prioridades.

Em suma, a assistência estudantil, além de direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 9.394/1996, deve ser compreendida também

como um investimento a médio e longo prazo em mão de obra qualificada e em justiça social, uma vez que seus efeitos positivos vão muito além da diminuição dos índices de evasão e retenção no ensino superior, mas se refletem também no número de indivíduos e de suas famílias que deixam os estratos mais empobrecidos da hierarquia social e que, por meio do diploma, conquistam melhores empregos e melhor renda, revertendo o círculo de reprodução das desigualdades sociais existentes no Brasil. O apoio socioeconômico ao estudante das classes populares beneficia não apenas os indivíduos diretamente alcançados, possibilitando a eles o acesso a uma formação de qualidade, como também contribui para tornar a sociedade menos desigual. Dessa forma, ao garantir assistência socioeconômica a universitários, que a despeito de condições sociais e econômicas adversas, passaram por um processo de superseleção e ingressaram em instituições públicas de ensino superior, as universidades estão também cumprindo sua missão de socializar o saber e diminuir as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, Paraná, v.5, n 1, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.revista/c_v5n1_Jo.htm>. Acesso em: 10 mar. 2006.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A. (Org). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003 p. 127-144.
- CASTRO, M. H. M; PAUL, J.J. **A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP: as atividades profissionais dos ex-alunos da USP**. São Paulo: NUPES/USP, 1992a. Análises preliminares AP4/92. [mimeografado].
- _____. **A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP: as variações salariais de egressos da USP**. São Paulo: NUPES/USP, 1992b. Análises preliminares AP7/92. [mimeografado].

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2004, Brasília. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**: relatório final da pesquisa. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2006

FUMP - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL. **Necessidades e assistência se interligam na Fump**. Disponível em:< <http://www.fump.ufmg.br>>. Acesso em: ago. 2007.

GOUVEIA, A. J. **Democratização do ensino e oportunidades de emprego**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

MAGALHÃES, G.E.; NORONHA, R.; OSÓRIO, P.H. **Pesquisa com alunos egressos da graduação UFMG (1975-2000)**. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2006. Bancos de Dados SPSS for Windows 11.0.

MELLO, J.C.R.S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, Espana, v.5, n 2, p. 69-83, 2007. Disponível em: <<http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2007.

NÉRI, M. **Retornos da educação no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em: <<http://www.fgv.br>>. Acesso em: 21 ago. 2006.

PAUL, J. J; FREIRE, Z. D. R. **O mercado de trabalho para os egressos do ensino superior de Fortaleza**. São Paulo: NUPES/USP, 1997. Documento de Trabalho 01/97 (mimeografado).

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; FIGUEIREDO, A. M. G. Perfil de egressos do curso de engenharia civil da UFMG. **Revista de Ensino de Engenharia - ABENGE**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 27-23, dez. 2002.

PEIXOTO, M.C.L.; BRAGA, M M., BOGUTCHI, T.F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.113, p. 129-152, jul. 2001.

PEIXOTO, M. C. L.; CARVALHO, M. M.; BRAGA, M. M. Perfil dos formandos no curso de Química da UFMG na década de 90. **Avaliação**, Campinas, v. 4, n. 2, jun. 1999.

PORTES, E. A. **Trajatórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG**: um estudo a partir de cinco casos. 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

_____. **Trajatórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares**. 1993. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, M. H. M. **A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP**. São Paulo: NUPES / USP, 1991. Documento de Trabalho 2/91, (mimeografado).

SERPA, L.F.P. Proposta com o objetivo de fornecer subsídios à elaboração de uma política de assistência estudantil. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 1997. Disponível em: <http://www.ufrn.br/sites/foapr/foapr/perfil_apendice1.doc>. Acesso em: 21 ago. 2006.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

